



ACÓRDÃO Nº150/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

1- Processo TCE - AM nº11797/2019.

Apenso: Processo nº 11788/2019.

2- Assunto: Prestação de Contas Anual.

3- Órgão: Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP.

4- Exercício: 2018.

5- Responsável: Cleitman Rabelo Coelho e Silvio Mouzinho Pereira.

6- Advogado: não possui.

7- Unidade Técnica: DICAD e DICOP

8- Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Despacho nº 327/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.

9- Relator: Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado de Administração Penitenciária – SEAP. Exercício de 2018.

Irregularidade. Multa. Ofício. Determinação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do **Sr. Cleitman Rabelo Coelho** (período: 01/08 a 31/12/2018), ordenador de despesa à época e do **Sr. Silvio Mouzinho Pereira** (período: 10/01 a 31/07/2018), Ex-Secretário Executivo e Ordenador da Despesa (período: 10/01 a 31/07/2018), responsável pela Secretaria de Estado e Administração Penitenciária - SEAP, no curso do exercício 2018;

10.2. Aplicar Multa ao **Sr. Cleitman Rabelo Coelho** e ao **Sr. Silvio Mouzinho Pereira**, no valor de **R\$ 68.271,96** (sessenta e oito mil, duzentos e setenta e um reais e noventa e seis centavos) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da multa, por ato irregular, nos termos do art. 54, inciso VI, da Lei 2.423/96 c/c o art. 308, inciso VI, da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE, na esfera Estadual para o órgão



ACÓRDÃO Nº150/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO

Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.3. Oficiar o Sr. Cleitman Rabelo Coelho e o Sr. Silvio Mouzinho Pereira sobre a decisão desta Corte e Contas.

10.4. Determinar que os autos sejam remetidos ao DERED para que efetue os procedimentos previstos no art. 3/2011-TCE, observado o disposto no art. 5º da mesma Resolução.

11- Ata: 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 8 de Março de 2022.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

13.1. Auditor presente e Relator: Alípio Reis Firmo Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA

Conselheiro-Presidente

ALÍPIO REIS FIRMO FILHO

Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral